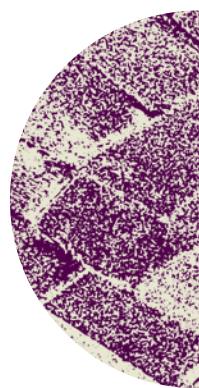




1

**Um novo horizonte
de oportunidades
para o mundo rural**



Mensagens-chave

O desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe (ALC) está intimamente ligado aos seus territórios rurais, onde se concentram recursos estratégicos como produção de alimentos, energia, biodiversidade, florestas e minerais críticos.

Apesar de sua relevância para o produto e a estrutura produtiva dos países, os territórios rurais concentram déficits persistentes em pobreza, acesso a serviços básicos, qualidade do emprego e cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A ruralidade contemporânea já não se identifica exclusivamente com atividades primárias. Observa-se uma crescente diversificação setorial do emprego e da renda rural, com foco em serviços e nas diferentes etapas das cadeias de valor.

O processo de mudança estrutural na ALC reduziu a participação do setor agropecuário no emprego e no valor agregado. Ainda assim, esse setor continua tendo uma relevância significativa na maioria das economias da região.

O setor agropecuário apresenta um desempenho dinâmico em termos de produtividade, embora com marcada heterogeneidade e amplo espaço para melhorias sustentáveis.

A demanda internacional por alimentos diferenciados abre oportunidades para que a ALC consolide sua posição como fornecedora líquida de alimentos para o mundo, mas também exige profundas adaptações produtivas.



O aumento da produtividade agropecuária é necessário, mas insuficiente: o desenvolvimento de cadeias de valor agroalimentares e o fortalecimento das cadeias produtivas são fundamentais para ampliar o impacto do setor no desenvolvimento rural e diversificar a renda da população rural.



Os territórios rurais são estratégicos no novo cenário energético devido aos seus recursos e potencial produtivo, mas aproveitar essas oportunidades exige uma gestão adequada dos riscos ambientais e sociais.



Os setores florestal, pesqueiro, aquícola e turístico têm alto potencial produtivo e podem também beneficiar as comunidades locais, gerando emprego, fortalecendo a segurança alimentar, diversificando a renda e promovendo a inclusão de grupos tradicionalmente excluídos.



Aproveitar plenamente as oportunidades que o mundo rural apresenta requer políticas públicas e instituições capazes de agregar valor, diversificar as atividades produtivas e reduzir as disparidades estruturais de bem-estar.

Um novo horizonte de oportunidades para o mundo rural¹

Introdução

O desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe (ALC) está intimamente ligado aos seus territórios rurais. Neles se concentram recursos estratégicos para a região, como produção de alimentos, energia, biodiversidade, florestas e minerais críticos. Uma população de aproximadamente 120 milhões de pessoas vive em áreas rurais e há cerca de 18 milhões de unidades de produção agrícola (UPAs). Essas áreas constituem, assim, uma base central para a segurança alimentar, a transição energética e o desenvolvimento regional sustentável.

No entanto, esses espaços também apresentam alguns dos déficits sociais, econômicos e ambientais mais persistentes da ALC. Pobreza, informalidade, disparidades no acesso a serviços básicos e limitações de infraestrutura coexistem com baixa produtividade média, embora altamente heterogênea entre setores e unidades de produção. Essa combinação de fatores reduz a capacidade desses territórios de

transformar a riqueza de seus recursos em bem-estar para as comunidades locais, gerando disparidades sistemáticas em relação às áreas urbanas e um atraso persistente em relação a múltiplas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Essa situação não só afeta as oportunidades de vida da população rural, mas também condiciona o desempenho econômico agregado da região. Um padrão baseado principalmente na exploração de produtos primários de baixo valor agregado limita a geração de empregos de qualidade e a capacidade de diversificar as economias locais. Fortalecer os elos dentro das cadeias de valor ligadas ao setor agropecuário, à transição energética e a outras atividades de forte impacto local tem o potencial de ampliar as fontes de renda, reduzir as vulnerabilidades e promover um crescimento mais inclusivo e sustentável.

¹ Este capítulo foi elaborado por Dolores de la Mata e Juan Odriozola com a assistência de pesquisa de Juan Barnes, Belén Cañuelo, Delfina Silva e Emilse Vargas.

Sob essa perspectiva, este Relatório de Economia e Desenvolvimento parte da premissa de que o crescimento rural e o desenvolvimento econômico agregado são processos inseparáveis. As áreas rurais abrigam oportunidades produtivas significativas, cujo aproveitamento requer agregar valor, diversificar as cadeias e potencializar as cadeias econômicas. Para que essas transformações se concretizem, é essencial contar com políticas adequadas e instituições robustas que permitam reduzir as disparidades estruturais e sustentar um processo inclusivo e sustentável.

Este capítulo começa com uma conceitualização da ruralidade e uma descrição das disparidades sistêmicas de bem-estar que afetam as populações

rurais da ALC. Em seguida, é esboçado o processo de mudança demográfica e estrutural ocorrido na região, juntamente com a evolução da produtividade dos principais setores econômicos. Também são abordados os desafios enfrentados pelas populações rurais nos diferentes setores econômicos, incluindo os desafios transversais relacionados à sustentabilidade ambiental e social. Além disso, são examinadas as oportunidades decorrentes das atividades econômicas típicas das áreas rurais, mas também de outras ligadas à transição energética e ambiental, a fim de antecipar algumas das políticas necessárias para aproveitá-las. Esses temas são examinados em profundidade ao longo do relatório.

O que abrange o mundo rural?

Este relatório centra-se nas pessoas que habitam as áreas rurais e nas atividades produtivas que ali se desenvolvem. Compreender o rural requer considerar duas dimensões que, embora relacionadas, não coincidem completamente. Por um lado, está a dimensão setorial, ligada a determinadas atividades econômicas, especialmente as primárias. Por outro lado, está a dimensão territorial, associada à localização geográfica e às características dos assentamentos populacionais.

Historicamente, ambas as dimensões estiveram intimamente ligadas: o rural era identificado com o setor agropecuário e com territórios de baixa densidade populacional. No entanto, as mudanças estruturais transformaram substancialmente essa relação. Muitas atividades primárias, como agricultura, mineração, pesca e silvicultura, continuam localizadas

principalmente em ambientes rurais devido à sua dependência de recursos naturais e condições geográficas. Mas hoje, uma parcela crescente do emprego e da renda daqueles que vivem em áreas rurais provém de outros setores, como serviços, construção civil, turismo e produção de energia, tendência que se intensificou nas últimas décadas.

Essa separação entre território e atividade econômica implica que nem todas as pessoas que vivem em áreas rurais se dedicam a atividades primárias, nem todas as atividades primárias são realizadas pela população rural. Essa desconexão parcial entre onde as pessoas vivem e o que fazem é uma característica central da ruralidade contemporânea e representa desafios importantes tanto para sua definição quanto para a elaboração de políticas de desenvolvimento territorial.

Delimitação das áreas e da população rurais

A delimitação do rural apresenta desafios conceituais e empíricos. Na prática, não existe uma definição única e universal do que constitui uma área rural. Os países utilizam diversos critérios para classificar seu

território, refletindo diferenças demográficas, produtivas e administrativas (Comissão Europeia et al., 2024; Nelson et al., 2021).

Na ALC, a definição de ruralidade tem sido tradicionalmente binária e estabelecida em oposição ao urbano. O critério mais utilizado é o tamanho da população, com limiares frequentemente próximos a 2.000 habitantes, embora em muitos países seja complementado pela densidade, acesso a serviços, características da infraestrutura ou tipo de atividade econômica predominante (quadro 1.1). Em outros casos, a delimitação responde principalmente a divisões administrativas. Essa heterogeneidade dificulta a comparação entre os países e pode ocultar a diversidade interna dos territórios rurais.



De acordo com as definições nacionais em vigor, a população rural da ALC atingiu aproximadamente 120 milhões de pessoas em 2025, cerca de 18% da população total da região

De acordo com as definições nacionais em vigor, a população rural da ALC atingiu em 2025 aproximadamente 120 milhões de pessoas, cerca de 18% da população total da região (Celade-Divisão de População da CEPAL e DPNU, 2024). Seu peso relativo tem diminuído constantemente desde meados do século XX e as projeções indicam que essa tendência continuará nas próximas décadas. Em termos absolutos, a população rural diminuiu desde o início dos anos 2000.

Quadro 1.1

Definições nacionais de áreas rurais

Existe uma grande heterogeneidade nas classificações nacionais de ruralidade em todo o mundo. A maioria opta pela densidade populacional como critério primordial. Mais da metade combina o tamanho ou a densidade com outros critérios (108 países e territórios), mas apenas 37 os utilizam como único parâmetro (UNDESA, 2019).

Essa diversidade de abordagens é particularmente evidente na América Latina e no Caribe. A tabela 1 mostra as definições utilizadas em 20 países da região. Embora o tamanho da população seja o critério mais recorrente, utilizado por 10 dos 20 países, apenas quatro deles (Argentina, Bolívia, México e Uruguai) o adotam como critério único. Mesmo dentro dos critérios demográficos existem nuances. Países como Peru e Colômbia, por exemplo, incorporam a densidade em suas definições, mas medida pela concentração de moradias e não diretamente pela população.

Costa Rica, Cuba, Guatemala, Nicarágua e Panamá levam em consideração aspectos da infraestrutura em suas definições, como acesso a serviços de eletricidade e água, existência de ruas pavimentadas e disponibilidade de comércio. Outros países, como o Chile, integram critérios econômicos, como a proporção da população em atividades primárias. Outro grupo baseia suas delimitações exclusivamente em critérios administrativos, como na República Dominicana e em El Salvador.

Tabela 1

Definições de ruralidade adotadas em países da América Latina e do Caribe

País	Definición	Tipo de Criterio
Argentina	Localidade com menos de 2.000 habitantes, incluindo a população dispersa no território. Urbano é definido como o núcleo populacional com 2.000 habitantes ou mais.	População
Bolívia	População residente em núcleos populacionais com menos de 2.000 habitantes.	População
Brasil	População residente fora dos limites das cidades (sedes municipais), vilas (sedes distritais) e áreas urbanas isoladas oficialmente definidas.	Administrativo
Chile	Assentamento humano com 1.000 habitantes ou menos ou com população entre 1.001 e 2.000 habitantes, quando mais de 50% de sua força de trabalho se dedica a atividades econômicas primárias.	População e econômico
Colômbia	É definida a partir da classificação do território fora das sedes municipais. Abrange os núcleos populacionais (conjunto de 20 ou mais moradias contíguas com certa infraestrutura e serviços básicos, localizadas fora da área urbana [sede]) e o rural disperso (moradias isoladas ou dispersas, sem traçado urbano definido nem serviços públicos domiciliares, localizadas fora dos núcleos populacionais e das sedes).	Características urbanas e administrativo
Costa Rica	Território fora dos centros urbanos administrativos. Distingue-se entre rural concentrado (50 ou mais moradias agrupadas com serviços básicos) e rural disperso (resto do território). É designado como urbano o centro administrativo com quarteirões, ruas, calçadas, iluminação pública e serviços, incluindo sua periferia urbana.	Características urbanas e administrativo
Cuba	Localidades com menos de 500 habitantes ou que não apresentam características urbanas definidas. Urbana é definida como a localidade com 2.000 habitantes ou mais, e aquela entre 200 e 500 habitantes que possui múltiplos serviços (comerciais, de saúde, educação, culturais).	População e características urbanas
Equador	População residente em freguesias rurais, tanto na sede quanto no restante do território. Urbana é a população residente em freguesias urbanas, correspondentes às sedes cantonais.	Administrativo
El Salvador	População residente fora dos limites oficiais das sedes municipais, geralmente caracterizada por um padrão de assentamento disperso.	Administrativo
Guatemala	Todo território que não atenda aos critérios urbanos. Isso se aplica a cidades, vilas, povoados, colônias ou condomínios com mais de 2.000 habitantes, onde pelo menos 51% dos domicílios tem acesso à eletricidade e água encanada.	População e características urbanas
Haiti	Território não classificado como urbano. São consideradas urbanas as cidades, sedes municipais e outras aglomerações oficialmente reconhecidas com características urbanas.	Administrativo e características urbanas
Honduras	Áreas que não atendem aos critérios urbanos, incluindo áreas de população dispersa. Por urbano entende-se o núcleo populacional com 2.000 habitantes ou mais que possui serviços básicos e pelo menos um dos seguintes: eletricidade, esgoto ou centro de saúde.	População e características urbanas
México	Localidades com menos de 2.500 habitantes.	População
Nicarágua	Localidades com menos de 1.000 habitantes que carecem de uma estrutura urbana definida, como ruas pavimentadas, eletricidade residencial e comércio estabelecido, entre outros serviços.	População e características urbanas
Panamá	Território que não atende aos critérios urbanos. São consideradas urbanas as localidades com 1.500 habitantes ou mais que possuem um conjunto de serviços e infraestrutura básica (eletricidade, abastecimento de água, esgoto, ruas pavimentadas, comércio, meios de comunicação e uma escola de ensino médio).	População e características urbanas
Paraguai	Território localizado fora das sedes distritais, caracterizado por moradias dispersas, tipicamente rodeadas por áreas de cultivo ou campos.	Administrativo
Peru	Núcleos populacionais que não atingem o limiar urbano. Urbano é definido como o núcleo populacional que concentra 400 moradias ou mais em um espaço contíguo.	Moradias/ Infraestrutura
República Dominicana	População que não reside nas sedes municipais ou nos distritos municipais.	Administrativo
Uruguai	Território que não atende aos critérios urbanos. São urbanos os núcleos populacionais com traçado de quarteirões, delimitados de acordo com os serviços básicos, as condições do terreno e os critérios operacionais do Instituto Nacional de Estatística (INE).	Características urbanas e outros (critérios operacionais)

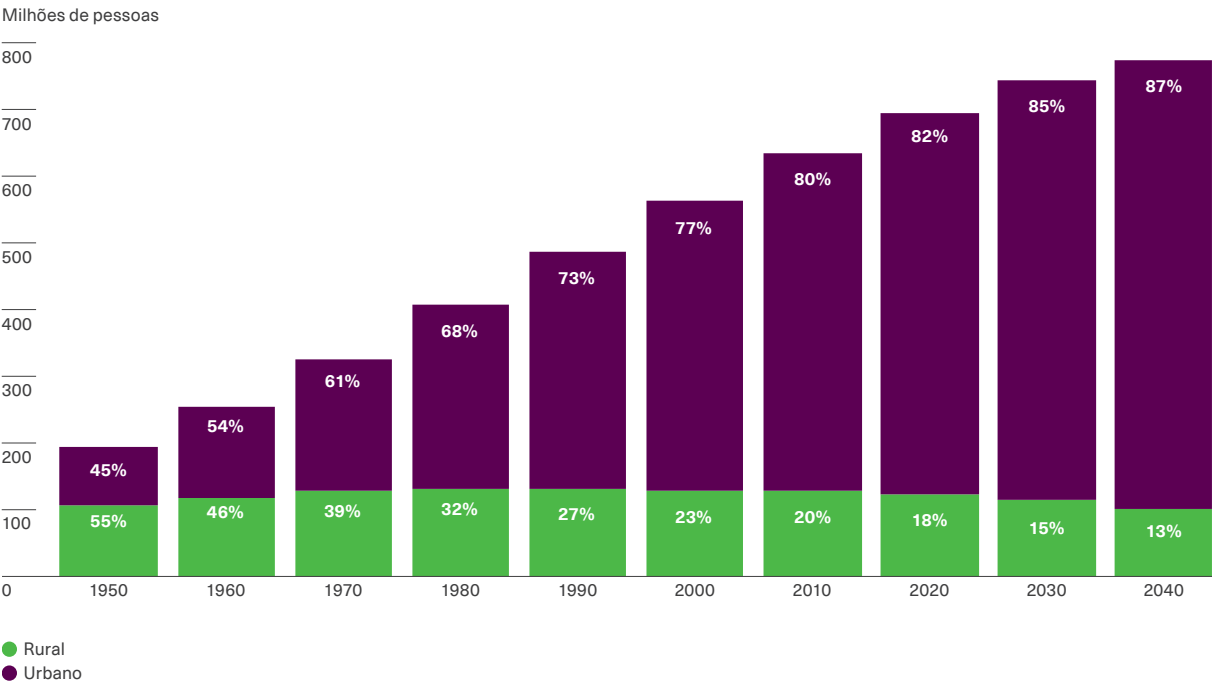
Fonte: Elaboração própria com base em revisões do CEDLAS (2025) e CEPAL (2013).

A classificação do Grau de Urbanização (DEGURBA), que se baseia em critérios populacionais homogêneos de densidade e contiguidade, melhora a comparabilidade internacional e permite uma caracterização mais precisa do continuum rural-urbano. Segundo essa metodologia, que utiliza parâmetros mais restritivos do que muitas definições nacionais, a população rural da região foi estimada em cerca de 100 milhões de pessoas em 2025, aproximadamente 15% do total. De acordo com esse critério, metade vive em aldeias rurais (pequenos assentamentos

com certa densidade), enquanto a outra metade se encontra em áreas dispersas ou principalmente desabitadas².

Ao longo deste relatório, a caracterização das condições socioeconômicas e demográficas da população provém principalmente de fontes nacionais, como censos e pesquisas domiciliares, que utilizam as classificações oficiais de cada país. No entanto, sempre que possível, a análise também é complementada com a classificação DEGURBA.

Gráfico 1.1
População total e peso da população rural na América Latina e no Caribe, décadas 1950-2040



Nota: Os valores das projeções correspondem ao ponto médio de cada década.
Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNDESA (2019).

2 A classificação DEGURBA distingue três categorias territoriais: cidades, vilas e áreas semidensas, e áreas rurais. Dentro destas últimas, geralmente se faz uma distinção entre aldeias rurais e áreas rurais dispersas ou principalmente desabitadas (Comissão Europeia et al., 2024). Para mais detalhes, consultar o capítulo 6.

Defasagens do mundo rural no cumprimento dos ODS

As áreas rurais apresentam defasagens significativas em várias dimensões do bem-estar, desde o acesso a serviços básicos até oportunidades econômicas e qualidade do emprego, o que se reflete em um cumprimento mais lento de vários ODS. A tabela 1.1 apresenta um conjunto de indicadores associados a diferentes ODS com desagregação geográfica, que evidenciam essa situação.

Em praticamente todos os casos em que é possível comparar áreas urbanas e rurais, observa-se uma disparidade sistemática em detrimento do meio rural. As disparidades são particularmente acentuadas em indicadores básicos de qualidade de vida: 69% da população urbana têm acesso a água potável gerida de forma segura, enquanto nas áreas rurais esse número cai para 51% (ODS 6). Apenas 11% das famílias rurais têm acesso a serviços básicos de saneamento, em comparação com 65% nas áreas urbanas (ODS 1). Na educação, os estudantes rurais atingem aproximadamente metade do nível de competência em matemática de seus pares urbanos (ODS 4). O emprego informal afeta 67% do emprego rural, frente a 47% do urbano (ODS 8). O tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado por mulheres rurais chega a 27 horas semanais, frente a 23 das urbanas, sendo as disparidades de gênero nesta dimensão muito mais acentuadas nas áreas rurais do que nas urbanas (ODS 5). Essas disparidades não apenas limitam o bem-estar atual da população rural, mas também condicionam suas oportunidades futuras e a capacidade desses territórios de contribuir para o desenvolvimento econômico regional³.



As áreas rurais apresentam defasagens em bem-estar, acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas, com avanços mais lentos nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Um aspecto fundamental que deve ser destacado é a disponibilidade limitada de informações desagregadas para monitorar adequadamente o avanço de muitas metas dos ODS em territórios rurais. A ausência de dados suficientemente detalhados restringe a capacidade dos governos de diagnosticar defasagens, priorizar intervenções e elaborar políticas baseadas em evidências. Uma revisão sistemática dos ODS 1 a 8 realizada para este relatório (baseada em múltiplas fontes⁴) mostra que uma proporção significativa dos indicadores oficiais não possui informações desagregadas por área rural e urbana, as informações não são comparáveis entre os países ou, diretamente, não são medidas nas áreas rurais⁵. Entre as fontes consultadas, apenas 30% dos indicadores possuem efetivamente informações rurais-urbanas para, em cada caso, mais de cinco países da região nos últimos 10 anos. O gráfico 1.2 mostra esse resultado para cada ODS.

A falta de informações invisibiliza dimensões essenciais da realidade rural e limita a capacidade de monitorar o progresso em direção aos ODS, bem como a elaboração de políticas públicas em geral. Fortalecer os sistemas estatísticos para captar essa dimensão territorial é indispensável para aprimorar o acompanhamento das disparidades territoriais e orientar respostas políticas mais eficazes.

3 Vale mencionar que alguns estudos que analisam as disparidades entre as áreas rurais e urbanas no nível de satisfação com a vida, medido a partir de pesquisas, encontram resultados contraditórios para a ALC. Por um lado, Valente e Berry (2016) documentam que não há diferenças significativas entre áreas rurais e urbanas, enquanto, mais recentemente, Tassinari et al. (2025) encontram níveis mais baixos de satisfação com a vida em áreas rurais do que em semiurbanas e urbanas.

4 Além da Base de Dados Socioeconômicos para a América Latina e o Caribe (SEDLAC), das bases do Banco Mundial e das Nações Unidas, foram utilizados dados coletados por várias de suas agências, entre elas a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a União Internacional de Telecomunicações (UIT) e a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

5 A análise permitiu identificar 64 indicadores oficiais associados às metas dos ODS 1 a 8, que, em princípio, poderiam ser medidos com desagregação rural-urbana.

Tabela 1.1

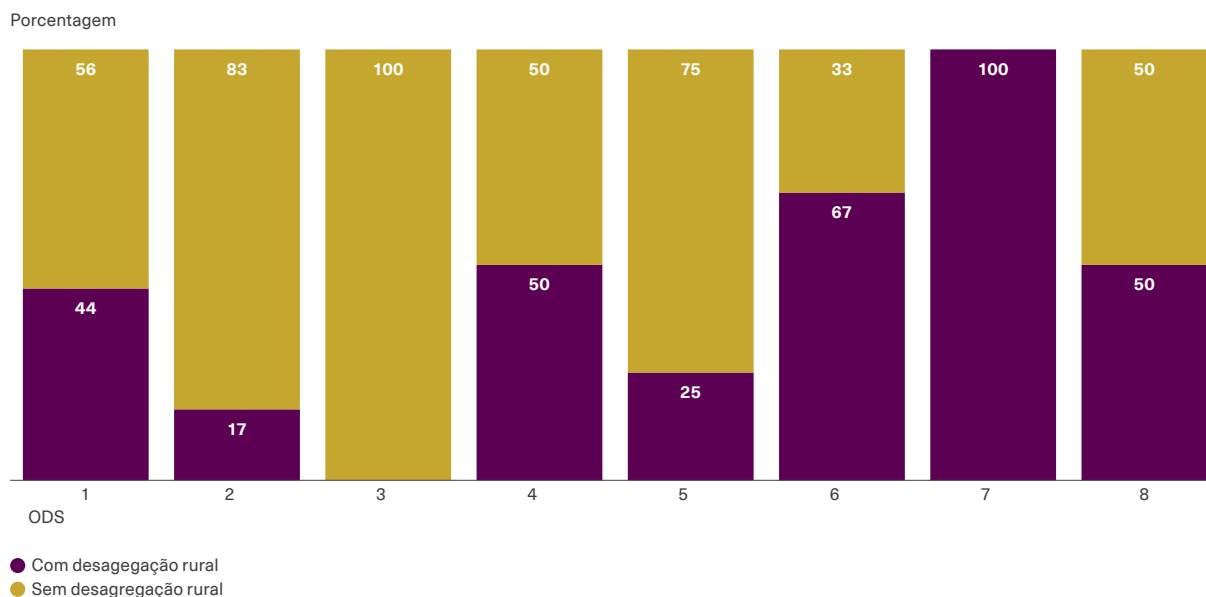
Indicadores vinculados às metas dos ODS por área. Média para a América Latina e o Caribe

Objetivos	Indicador	N° de países com dados	Rural	Urbano	Ano	Fonte
ODS 1 Erradicação da pobreza	Proporção de chefes de família que relatam morar em casas com acesso a serviços básicos de saneamento	25	11%	65%	2024	Nações Unidas (s.d.a)
ODS 2 Fome zero e agricultura sustentável	Prevalência do atraso no crescimento (estatura para a idade) entre crianças menores de 5 anos	12	18%	12%	Múltiplos anos	Bancalari et al. (2025)
ODS 3 Saúde e bem-estar	Taxa de mortalidade infantil (mortes no primeiro ano de vida por 1.000 nascidos vivos)	17	28	21	Múltiplos anos	Bancalari et al. (2025)
ODS 4 Educação de qualidade	Nível mínimo de competência em matemáticas alcançado no ensino médio inferior (razão)	16	0,52*		2019	Nações Unidas (s.d.a)
ODS 5 Igualdade de gênero	Tempo dedicado ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, por sexo (horas semanais)	9	Homens: 7 Mulheres: 27	Homens: 8 Mulheres: 23	2018	CEDLAS (2025)
ODS 6 Água potável e saneamento	Proporção da população que utiliza serviços de água potável geridos de forma segura	13	51%	69%	2024	Nações Unidas (s.d.a)
ODS 7 Energia limpa e acessível	Proporção de chefes de família que relatam morar em domicílios com acesso a serviços básicos de eletricidade	14	96%	100%	2023	CEDLAS (2025)
ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico	Proporção do emprego informal no emprego total	14	67%	47%	2023	CEDLAS (2025)
ODS 9 Indústria, inovação e infraestrutura	Proporção da população rural que vivem a menos de 2 km de uma estrada transitável o ano todo	33	66%		2025	Buccari et al. (2025)
ODS 10 Redução das desigualdades	Proporção de pessoas que vivem com menos de 50% da renda média	11	35%	14%	2022	CEPAL (s.d.b)
ODS 12 Consumo e produção responsáveis	Consumo interno de combustíveis fósseis per capita (milhões de toneladas)	36		30**	2023	Nações Unidas (s.d.a)
ODS 13 Ação climática	Emissões de gases de efeito estufa (GEE) pelo setor agropecuário (milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente [MtCO ₂ e])	33		35**	2022	CEPAL (s.d.a, extraído de WRI)
ODS 14 Vida na água	Pesca sustentável como proporção do PIB	21		0,23%**	2021	Nações Unidas (s.d.a)
ODS 15 Vida terrestre	Proporção de terra degradada em relação à área total de terra	22		17%**	2019	Nações Unidas (s.d.a)
ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes	Mulheres que já sofreram violência sexual por parte do último parceiro, como porcentagem das mulheres entre 15 e 49 anos	6	5,0%	5,6%	Múltiplos anos	CEDLAS (2025)
ODS 17 Parcerias e meios de implementação	Proporção de chefes de família que relatam usar a internet	13	50%	77%	2023	CEDLAS (2025)

Nota: O ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) concentra-se principalmente em dimensões associadas à urbanização e, portanto, não está incluído na lista. Alguns dos indicadores utilizados são aproximações das metas estabelecidas nos ODS. * O indicador do objetivo 4 é expresso como uma razão. Um valor de 1 indica paridade entre as áreas; um valor inferior a 1 indica que a área rural está em desvantagem.** Os objetivos 12 a 15, relacionados à sustentabilidade e à ação climática, são de grande relevância para as áreas rurais. Por sua natureza, são dificilmente atribuíveis a um âmbito geográfico específico.

Gráfico 1.2

Indicadores de monitoramento dos ODS com informações disponíveis em áreas rurais potencialmente mensuráveis em países da América Latina e do Caribe



Nota: Estão incluídos o ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 5 (Igualdade de gênero), ODS 6 (Água potável e saneamento), ODS 7 (Energia limpa e acessível) e ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico). Dentro desses objetivos, foram identificados 64 indicadores oficiais, dos quais 46 não possuem informações desagregadas territorialmente publicadas, embora possam ser mensurados. O número total de indicadores (64) distribui-se da seguinte forma: ODS 1 (9), ODS 2 (6), ODS 3 (24), ODS 4 (8), ODS 5 (4), ODS 6 (3), ODS 7 (2) e ODS 8 (8).

Fonte: Elaboração própria com base na revisão de indicadores de monitoramento dos ODS de múltiplos organismos (ver notas 4 e 5 no rodapé da página).

Pobreza rural: evolução e características

Dentre os indicadores que evidenciam defasagens na região, o de pobreza é talvez aquele que melhor sintetiza as limitações enfrentadas pelos territórios rurais e para o qual há mais informações desagregadas. As áreas rurais da ALC concentram um número desproporcional da população em situação de pobreza. Em 14 países da região, cerca de 40% de todas as pessoas que viviam abaixo da linha internacional

de pobreza (US\$ 6,85 por dia em paridade de poder de compra [PPC] de 2017) residiam em áreas rurais em 2023. Essa proporção sobe para 54% quando se consideram aqueles que vivem em extrema pobreza (US\$ 2,15 por dia, PPC de 2017)⁶.

⁶ Esses dados provêm de pesquisas domiciliares da base de dados do CEDLAS (2025). Os países incluídos são Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai. Essa base contém uma medida harmonizada da renda familiar total, construída pela incorporação de rendimentos provenientes de diversas fontes (de trabalho e não de trabalho), tanto monetários (como salários, rendimentos do trabalho por conta própria, rendimentos de capital ou outras transferências) quanto não monetários (entre eles, o valor da produção destinada ao autoconsumo e as remunerações em bens e serviços, como alimentos, moradia ou serviços prestados pelo empregador). Além disso, os rendimentos são ajustados para levar em conta as diferenças no custo de vida entre áreas rurais e urbanas. Para mais detalhes, consultar o capítulo 7.

Além da concentração de pobres em termos absolutos, a incidência da pobreza também é significativamente maior no mundo rural. Em 2023, 34% da população rural vivia em situação de pobreza, o dobro dos 17% observados nas áreas urbanas (painel A do gráfico 1.3). Essa lacuna persistente revela que, mesmo quando as economias crescem e a pobreza agregada diminui, os territórios rurais ficam sistematicamente para trás.

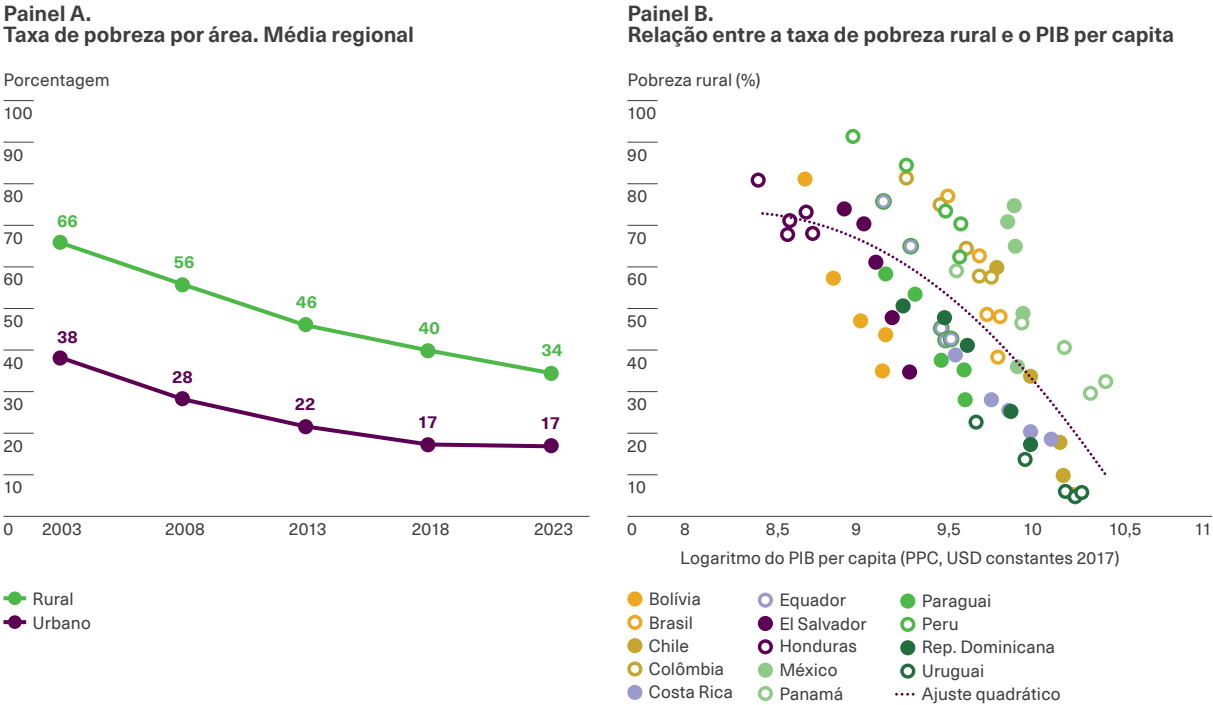
Nas últimas duas décadas, houve avanços importantes. A incidência da pobreza rural diminuiu de 66% para 34% entre 2003 e 2023. As melhorias

no bem-estar das famílias rurais ocorreram paralelamente ao crescimento das economias e às mudanças na estrutura produtiva. O painel B do gráfico 1.3 mostra, de fato, uma forte associação negativa entre o PIB per capita dos países e a taxa de pobreza rural.

●●

Em 2023, 34% da população rural vivia em situação de pobreza, o dobro dos 17% observados nas áreas urbanas

Gráfico 1.3
Pobreza rural na América Latina e no Caribe, 2003-2023



Nota: A pobreza é definida como a porcentagem da população em famílias com renda abaixo do limiar de US\$ 6,85, PPC por pessoa por dia. Cada ponto do painel B representa um país e um ano. Os anos considerados são 2003, 2008, 2013, 2018 e 2023.

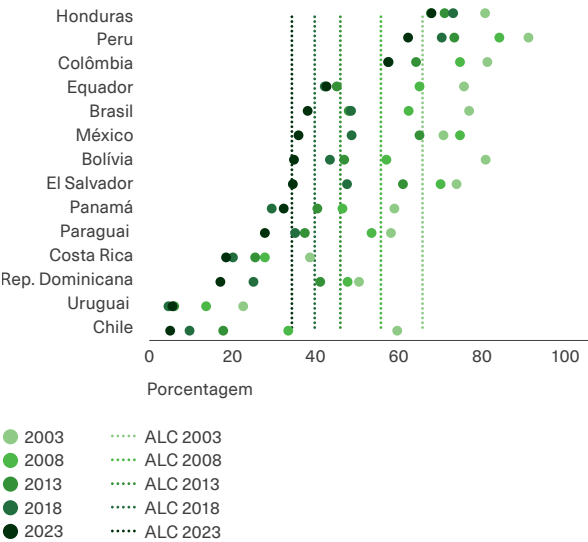
Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025) e Banco Mundial (2025h).

A redução da pobreza e da pobreza rural extrema no período 2003-2023 foi observada em todos os países (gráfico 1.4)⁷. Em geral, a classificação dos países de acordo com o nível de pobreza rural manteve-se, com o Uruguai e a Costa Rica apresentando os valores mais baixos e o Peru e a Colômbia entre os mais altos. O Chile e a Bolívia se destacam com reduções muito acentuadas nos níveis de pobreza rural.

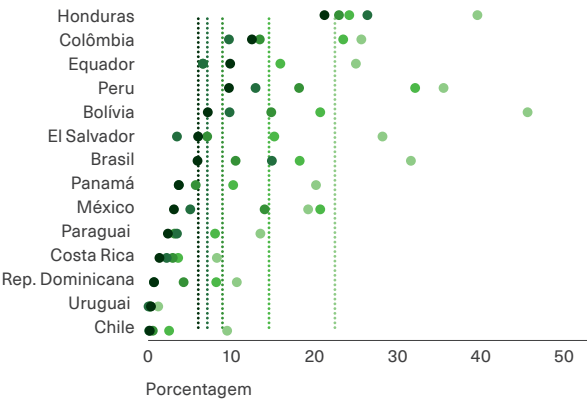
As taxas de pobreza rural mostram padrões claros por idade, gênero, escolaridade e etnia, que se mantêm ao longo do tempo, como mostra o gráfico 1.5. Por um lado, a incidência da pobreza diminui com a idade (painel A), é praticamente igual para mulheres e homens (painel B), diminui com o nível de escolaridade do chefe de família (painel C) e é maior para indígenas e afrodescendentes (painel D)⁸.

Gráfico 1.4
Incidência da pobreza em famílias rurais em países da América Latina e do Caribe, 2003-2023

Painel A.
Taxa de pobreza rural



Painel B.
Taxa de pobreza extrema



Nota: A pobreza (extrema) é definida como a porcentagem da população em famílias com renda abaixo do limiar de US\$ 6,85 (US\$ 2,15), PPC por pessoa por dia.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

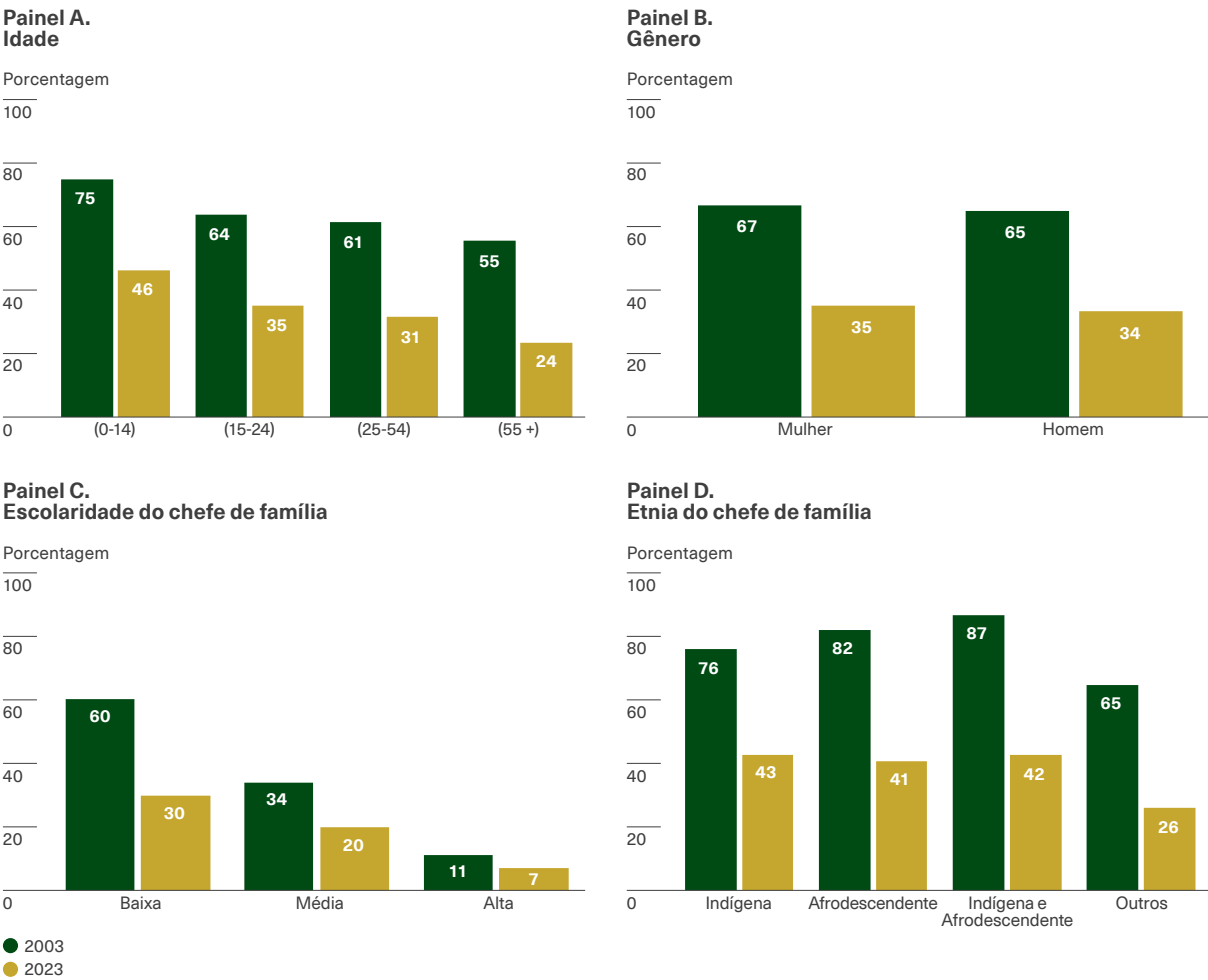
7 O Haiti e a Venezuela são possivelmente as únicas exceções à tendência geral de redução da pobreza na região nas últimas décadas, mas não há estatísticas oficiais disponíveis para esses países.

8 Esses padrões tendem a ser semelhantes dentro de cada país, conforme mostrado no gráfico A.1.1 do apêndice, disponível na edição on-line do RED.



Colheita mecanizada de café no Brasil.

Gráfico 1.5
Pobreza rural por idade, gênero, escolaridade e etnia. Média da América Latina e do Caribe, 2003 e 2023



Nota: A pobreza é definida como a porcentagem da população em famílias com renda abaixo do limiar de US\$ 6,85, PPC por pessoa por dia. Baixa escolaridade refere-se a pessoas que não concluíram o ensino médio; escolaridade média refere-se àquelas com ensino médio completo ou superior incompleto; alta escolaridade refere-se àquelas com ensino superior completo.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do CEDLAS (2025).

Mudança estrutural na América Latina e no Caribe

A partir de meados do século XX, a região passou por um processo contínuo de urbanização que, como mencionado anteriormente, reduziu

significativamente o peso da população rural. Nesse contexto, mais de 50% do emprego total da ALC e quase todo o emprego rural concentravam-se no

setor agropecuário, que contribuía com cerca de 12% do valor agregado regional. À medida que o desenvolvimento econômico avançava, essa transformação demográfica foi acompanhada por uma mudança simultânea na estrutura produtiva, com uma redução progressiva da participação relativa do setor agropecuário no emprego e na produção.

A transição de setores de baixa produtividade, como a agricultura tradicional, para setores de maior produtividade, como a indústria e os serviços modernos, é conhecida como mudança estrutural – uma das principais características do crescimento econômico (Duarte e Restuccia, 2010, 2020; Herrendorf et al., 2014; Kuznets, 1973). O gráfico 1.6 mostra esse fenômeno na ALC, descrevendo a evolução da participação do emprego e do valor agregado de três setores de acordo com a classificação padrão (agropecuária, indústria e serviços) para a média de nove países da região entre 1950 e 2010. Nele, observa-se uma queda acentuada na proporção do emprego no setor agropecuário e uma ligeira diminuição na

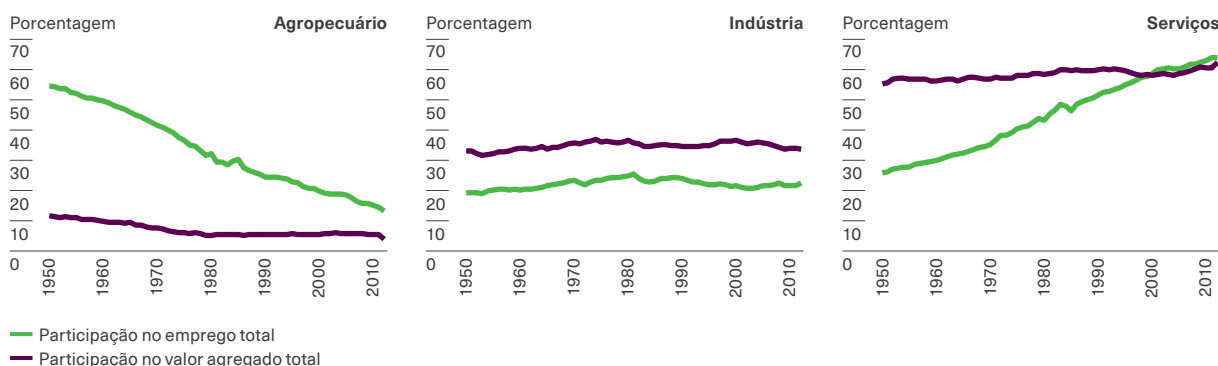
proporção de sua contribuição para o valor agregado. Em contraste com a experiência histórica dos países desenvolvidos, grande parte da realocação do trabalho na ALC ocorreu diretamente da agricultura para os serviços, com um papel menos proeminente da manufatura nas etapas intermediárias de desenvolvimento. Além disso, embora a participação da agricultura no valor agregado e no emprego tenha diminuído significativamente, o setor continua apresentando contribuições em ambas as dimensões superiores às observadas nos países desenvolvidos⁹.

● ●

Embora a participação da agricultura no valor agregado e no emprego tenha diminuído significativamente, o setor continua apresentando contribuições em ambas as dimensões superiores às observadas nos países desenvolvidos

Gráfico 1.6

Evolução da participação do emprego e do valor agregado por setor na América Latina e no Caribe, 1950-2010



Nota: Os dados incluem valores do nível de emprego e valor agregado na moeda nacional da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru e Venezuela. Os valores agregados são expressos em dólares constantes de 2005, com base nos Indicadores de Desenvolvimento Mundial (Banco Mundial).

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Timmer et al. (2015) e Kruse et al. (2023).

⁹ Por exemplo, em 2010, nos Estados Unidos, a agricultura representou 1,5% do emprego e 1,2% do valor agregado, enquanto os serviços representaram 83,9% do emprego e 80,9% do valor agregado.

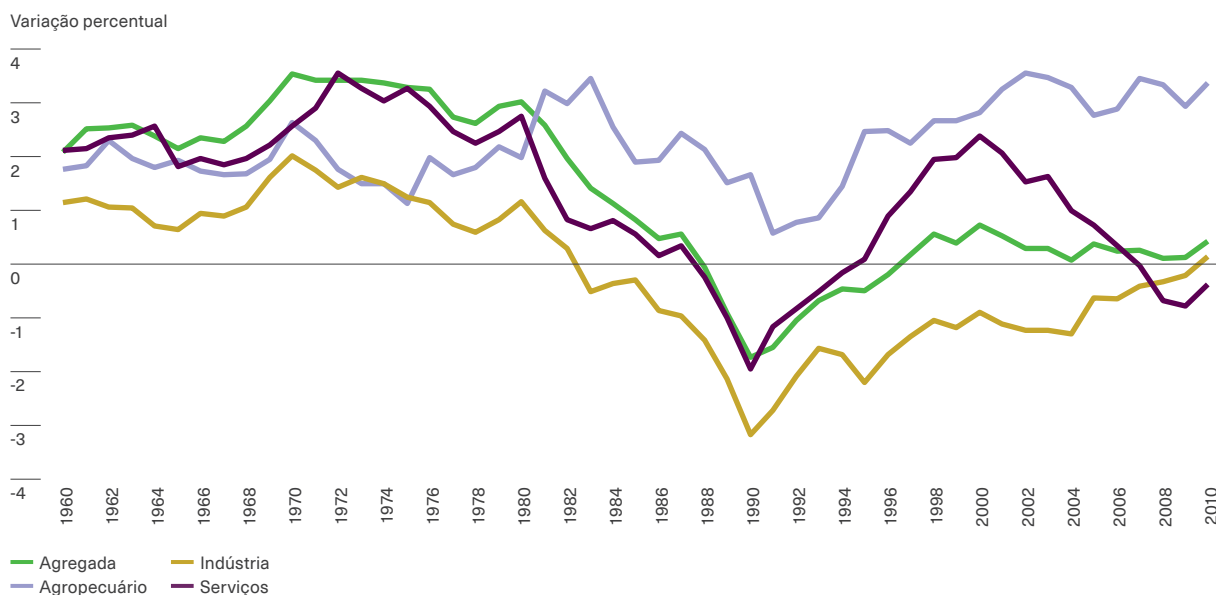
Durante esse processo de mudança estrutural, as economias da ALC passaram por um período de crescimento moderado em sua produtividade. O gráfico 1.7 apresenta a média móvel da taxa de variação da produtividade do trabalho desde 1960, tanto em nível agregado quanto setorial. Em nível agregado, observa-se um primeiro período em que as taxas de crescimento da produtividade foram sistematicamente positivas. Esse período termina nos anos 1980, quando se observa uma desaceleração progressiva, chegando a taxas de crescimento negativas. A partir dos anos 1990, a taxa de crescimento da produtividade do trabalho para a economia permaneceu praticamente nula no período analisado. Em nível setorial, observa-se também o primeiro período de crescimento sustentado. O declínio da produtividade agregada observado desde os anos 1980 e a subsequente estagnação são explicados por uma

queda contínua da produtividade na indústria e nos serviços, enquanto o setor agropecuário apresenta taxas positivas de crescimento da produtividade ao longo do período analisado.

Uma realocação de trabalhadores para setores de baixa produtividade, como ocorre com a expansão dos serviços informais, pode ter efeitos negativos no crescimento agregado (Rodrik, 2016). Quando bem-sucedida, a mudança estrutural permite elevar a qualidade do emprego, reduzir as desigualdades, diversificar a matriz exportadora e fortalecer a resiliência frente a choques externos. Por meio desse processo, os países podem abandonar a dependência de setores de baixo valor agregado e avançar para economias mais complexas e com maior conteúdo tecnológico (Hausman et al., 2007).

Gráfico 1.7

Taxa de variação da produtividade do trabalho na América Latina e no Caribe, 1960-2010



Nota: Os dados incluem valores para Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru e Venezuela. As linhas representam a média móvel de 10 anos na taxa de crescimento da produtividade.

Fonte: Elaboração própria com base em dados de Timmer et al. (2015).

Como já foi mencionado, o setor agropecuário perdeu peso relativo na economia, mas isso é uma etapa esperada, resultado da modernização desse setor e da consequente mudança estrutural. Como pode ser observado no gráfico 1.7, o setor agropecuário é cada vez mais dinâmico em termos de crescimento da produtividade, embora ainda haja um amplo espaço para continuar aumentando sua produção de forma sustentável. No entanto, dado seu peso atual na estrutura

produtiva, dificilmente pode, por si só, constituir-se no motor do desenvolvimento econômico da ALC. Nesse contexto, torna-se fundamental desenvolver também os setores primários não agropecuários, fortalecer as cadeias de valor de todos os setores primários, bem como os encadeamentos com a indústria e os serviços conexos. Essas estratégias podem contribuir para o desenvolvimento das áreas rurais e ser um fator importante na redução das disparidades de bem-estar.

Oportunidades e desafios nos setores produtivos rurais

Do ponto de vista da produção, os territórios rurais são uma importante fonte de bens e serviços estratégicos para a ALC. Neles se concentra o setor agropecuário, mas também uma ampla gama de atividades

ligadas à transição energética e ambiental, juntamente com setores intensivos em emprego local, que permitem diversificar as fontes de renda das famílias rurais e fortalecer sua resiliência econômica.

Setor agropecuário

Potencial produtivo e dotação de recursos naturais

A ALC dispõe de uma dotação de recursos naturais favoráveis às atividades agropecuárias, que nem sempre consegue aproveitar plenamente. Embora essa caracterização oculte diferenças significativas entre os países e dentro de cada um deles, as evidências indicam que o setor ainda tem considerável espaço para aumentar sua produtividade. Atualmente, coexistem, por um lado, um segmento agropecuário dinâmico e competitivo em escala global, que tem capitalizado muitas das vantagens naturais da região e, por outro lado, um setor mais tradicional, caracterizado por níveis de produtividade média e baixa.

O valor agregado médio por trabalhador permanece muito abaixo do observado em países de alta renda (gráfico 1.8). Essas lacunas de produtividade podem

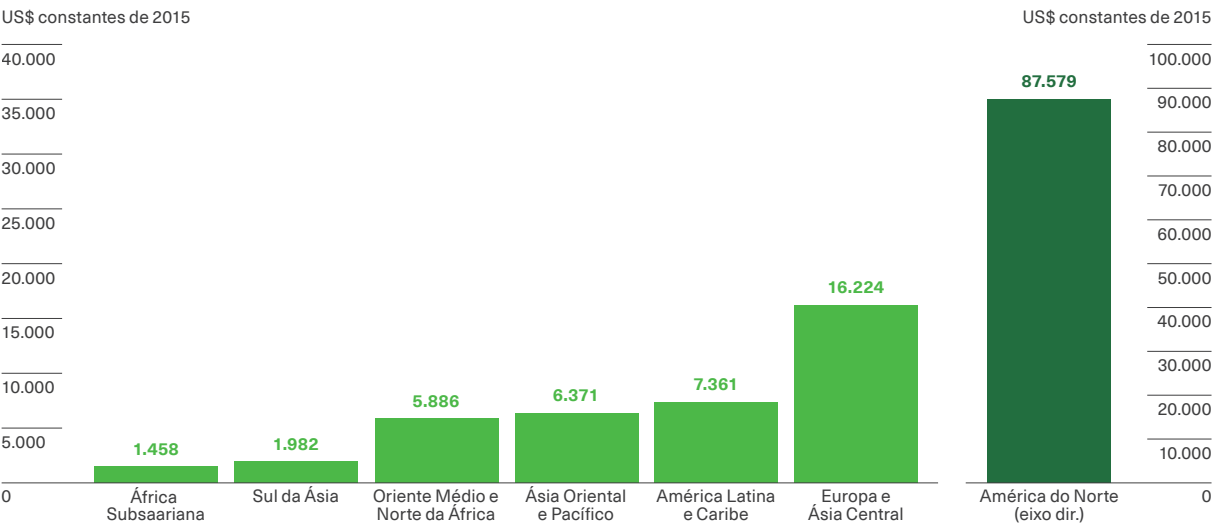
ser atribuídas tanto à menor dotação de outros fatores de produção por trabalhador (por exemplo, terra e capital) quanto ao uso mais limitado de insumos intermediários, bem como a diferenças na eficiência com que esses fatores são combinados¹⁰. Estimativas realizadas para este relatório, com base em dados de satélite e modelos agronômicos, sugerem que a lacuna de produtividade por unidade de terra em relação aos países desenvolvidos poderia ser fechada ou até mesmo transformada em excedente por meio de melhorias nas práticas agrícolas, uso mais eficiente de insumos e realocação de culturas (Adamopoulos, 2025).



A ALC dispõe de recursos naturais favoráveis às atividades agropecuárias, que nem sempre consegue aproveitar plenamente

¹⁰ A eficiência com que os fatores são combinados capta efeitos de vários tipos: progresso tecnológico, inovação, organização do trabalho, infraestrutura, qualidade institucional, escala de operação e alocação de recursos entre unidades de produção.

Gráfico 1.8
 Valor agregado por trabalhador no setor agropecuário por região, 2023



Nota: O valor agregado por trabalhador é expresso em dólares americanos de 2015. Os valores para a América do Norte são mostrados no eixo direito e os do resto das regiões no eixo esquerdo. O setor agropecuário compreende os subsetores agrícola, florestal e pesqueiro.

Fonte: Elaboração própria com base no Banco Mundial (s.d.).

A modernização produtiva do setor agropecuário pode induzir desequilíbrios nos mercados de trabalho locais, que as políticas públicas devem antecipar e acompanhar para garantir que os ganhos de produtividade se traduzam em melhorias mais amplas nas áreas rurais¹¹. Entre os mecanismos que ampliam esses efeitos e contribuem para o bem-estar das famílias rurais, destaca-se o investimento em infraestrutura, particularmente em conectividade viária, logística e digital. A melhoria das estradas rurais facilita o acesso a mercados e serviços básicos e amplia as oportunidades de mobilidade do trabalho (Costinot e Donaldson, 2016; Sotelo, 2020). Por sua vez, a conectividade digital fortalece o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas, especialmente no setor de serviços, permitindo que o emprego que se desloca para fora do setor agropecuário o faça para ocupações de maior produtividade e formalidade.

Cadeias de valor agroalimentares e cadeias produtivas

As cadeias de valor agroalimentares são um fator-chave para ampliar o impacto do setor no desenvolvimento rural e nas economias em geral (Barrett et al., 2022). À medida que os países se desenvolvem, uma proporção crescente do valor, do emprego e da renda é gerada nas etapas de processamento, logística, armazenamento, distribuição e comercialização (Davis et al., 2023; Hazell et al., 2024). Essas cadeias podem aumentar a produtividade, atrair investimentos, melhorar a qualidade e a rastreabilidade dos alimentos e gerar exportações de maior valor agregado, ao mesmo tempo em que podem contribuir para dinamizar as economias rurais e facilitar o acesso dos consumidores a alimentos de melhor qualidade, maior variedade e menor custo (FAO, 2021c).

11 Um estudo sobre o Brasil ilustra os efeitos heterogêneos da mudança tecnológica. Embora tanto a incorporação da soja transgênica quanto a introdução de uma segunda safra de milho tenham aumentado a produtividade agrícola nas áreas de maior potencial, seus efeitos sobre o emprego foram diferentes: a expansão da soja reduziu a demanda por mão de obra agrícola e pressionou para baixo os salários industriais, enquanto a segunda safra de milho aumentou o emprego no setor agropecuário, reduziu o emprego industrial e elevou os salários (Bustos et al., 2016).

O investimento estrangeiro direto tem sido dominante na transformação dos sistemas agroalimentares da região, impulsionando a expansão de supermercados e serviços alimentares, mas com uma alta concentração. Em 2018, as cadeias internacionais detinham uma participação de 56% nas vendas de alimentos em supermercados (Barrett et al., 2022). Portanto, para que as oportunidades das cadeias de valor agroalimentares se traduzam em impactos locais, é necessário que se articulem com os segmentos rurais e fornecedores nacionais, incluindo pequenos produtores¹².

Inserção internacional e diferenciação de produtos

O setor agropecuário também desempenha um papel central na inserção internacional da ALC (Morris et al., 2020). Nas últimas décadas, a região consolidou-se como exportadora líquida de alimentos, com um superávit comercial elevado e crescente (painel A do gráfico 1.9). Em 2023, os produtos agropecuários e agroindustriais representaram 22% das exportações da ALC, frente a apenas 8% em nível mundial (UNCTAD, 2025b). Nesse contexto, o crescimento projetado da população mundial e as mudanças nos padrões de consumo reforçam as oportunidades para consolidar o papel da região como fornecedora de alimentos para o mundo. No entanto, esses números refletem principalmente a estrutura exportadora da maioria dos países da América Latina, enquanto no Caribe e em alguns países da América Central predomina uma posição de importadores líquidos (painel B do gráfico 1.9). Para os caribenhos e centro-americanos, o fortalecimento das políticas de integração comercial regional oferece um canal para gerar benefícios mútuos, melhorando seu acesso aos alimentos e sua segurança alimentar (quadro 1.2).



A região consolidou-se como exportadora líquida de alimentos, com uma participação das exportações agropecuárias significativamente superior à média mundial

Nos países desenvolvidos, observa-se uma transição para dietas mais sustentáveis, com uma demanda crescente por alimentos diferenciados, apoiada por padrões ambientais e sociais cada vez mais rigorosos¹³. Isso cria oportunidades significativas para a região, embora também exija adaptações profundas nos sistemas de produção.

Nesse contexto, a diferenciação de produtos torna-se fundamental tanto para aproveitar as oportunidades dos mercados internacionais quanto para superar um problema histórico da região: sua exposição estrutural à volatilidade dos preços dos bens primários (Ocampo, 2017). Exemplos como o café da Colômbia ou a carne do Uruguai demonstram que a adoção de padrões de qualidade, rastreabilidade e certificação pode estabilizar a renda, melhorar o posicionamento internacional e abrir o acesso a mercados de maior valor (Karl e Baethgen, 2025; Parente-Laverde, 2020).



A demanda internacional por alimentos diferenciados abre oportunidades para a ALC, mas exige profundas adaptações na produção

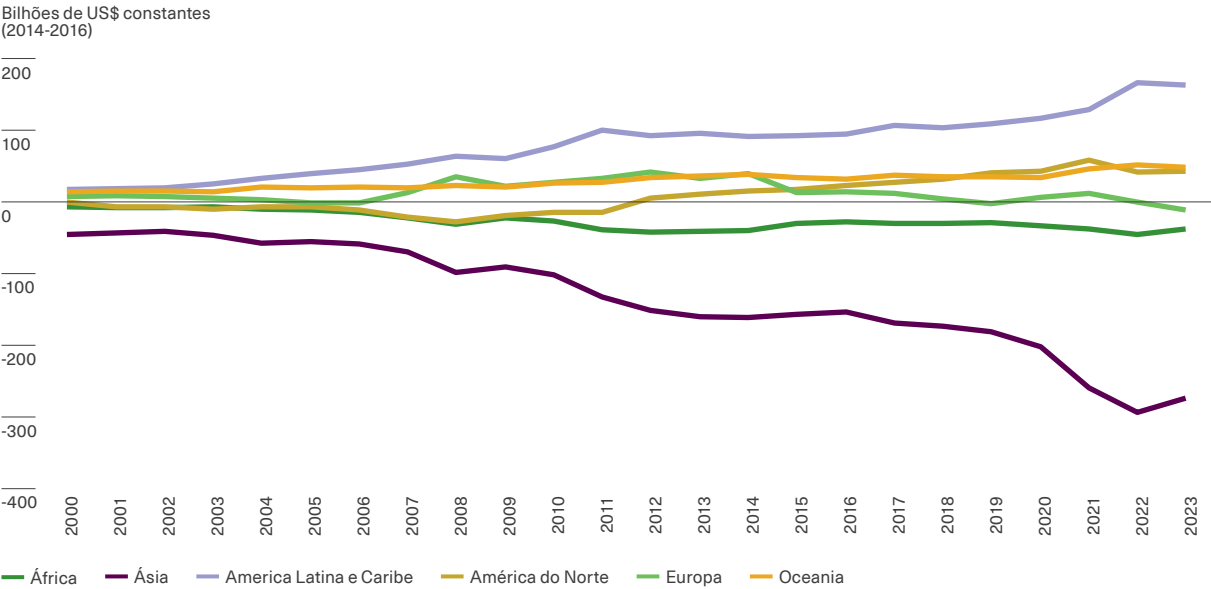
12 Embora as evidências sejam mistas, há experiências bem-sucedidas quando contratos agrícolas bem elaborados são combinados com assistência técnica, acesso a financiamento e mecanismos que reduzem os altos custos de conformidade associados aos padrões de qualidade e rastreabilidade (Barrett et al., 2022). Em particular, os pequenos produtores podem ter vantagens comparativas em certas culturas intensivas em mão de obra ou diferenciadas, o que lhes permite inserir-se competitivamente em nichos de mercado.

13 Isso pode incluir requisitos como certificação orgânica, livre de desmatamento, bem-estar animal, comércio justo, rastreabilidade completa e pegada hídrica ou de carbono, entre outros.

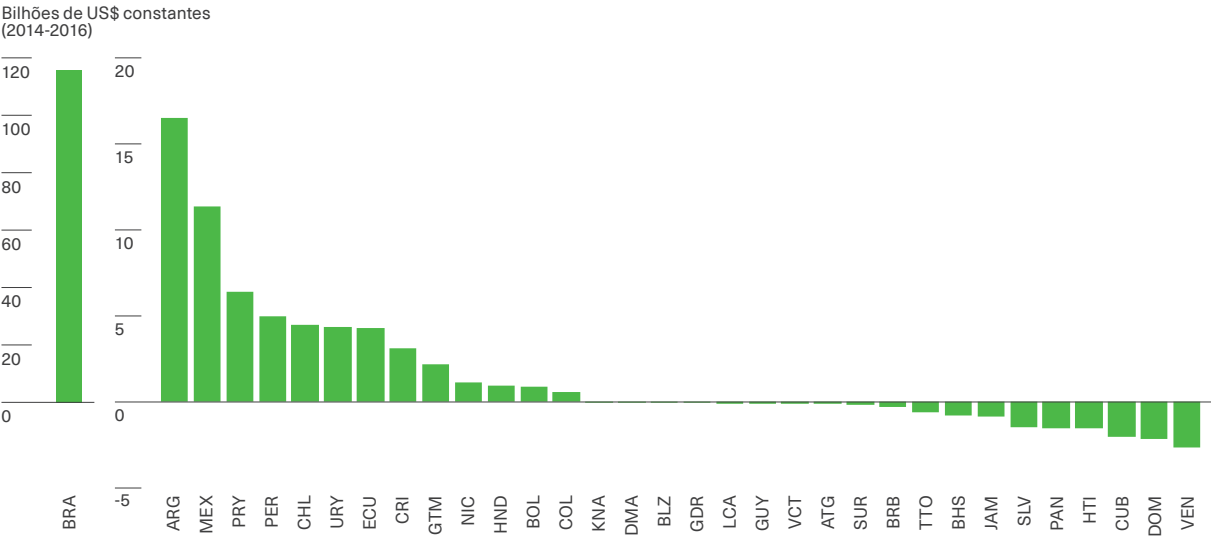
Gráfico 1.9

Exportações líquidas de alimentos

Painel A.
Por regiões, período 2000-2023



Painel B.
Por país, 2023



Nota: As barras do painel B representam exportações menos importações de alimentos, excluindo produtos da pesca e da aquicultura. O Brasil é apresentado separadamente para maior clareza visual.

Fonte: Elaboração própria com base em dados da FAO (2024a).

Quadro 1.2

Integração regional e segurança alimentar: o caso da Comunidade do Caribe (CARICOM)

A segurança alimentar consolidou-se como uma prioridade estratégica na agenda de integração regional da Comunidade do Caribe (Caricom). De acordo com estimativas do Programa Mundial de Alimentos (PMA, 2025) cerca de 3 milhões de pessoas, o equivalente a cerca de 17 % da população da Caricom, enfrentam problemas moderados ou graves de segurança alimentar. Com exceção de Belize e Guiana, a maioria dos Estados-membros são importadores líquidos de alimentos, com países onde mais de 80% do consumo alimentar provém de importações. Essa alta dependência externa está associada a altos custos de acesso a dietas saudáveis^a. Em média, o Caribe apresenta os custos mais elevados do mundo, com valores 42% superiores aos observados na América do Norte, região com os custos mais baixos.

Nesse contexto, o Tratado de Chaguaramas, que estabelece a Comunidade do Caribe, seu Mercado Único e sua integração econômica, incorpora uma política agropecuária voltada para a promoção da produtividade, da competitividade e do comércio intrarregional de alimentos, como instrumentos para fortalecer a segurança alimentar e nutricional. Com base nisso, em 2022 foi lançado, em conjunto com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o programa “Visão 25% até 2025 da Caricom”, posteriormente estendido até 2030, com o objetivo de reduzir em 25% o custo das importações de alimentos, impulsionando a produção local e o comércio intrarregional. A iniciativa inclui ações como a redução de barreiras comerciais, o fortalecimento da produção agroindustrial e melhorias no acesso a seguros para o transporte de produtos agrícolas. Entre 2022 e o final de 2024, o programa contribuiu para um aumento de 24% na produção alimentar regional (Caricom, 2025; IICA, s.d.).

No entanto, ainda há um amplo espaço para aprofundar o comércio agroalimentar intrarregional. O Caribe continua enfrentando um ambiente altamente restritivo, caracterizado por elevadas tarifas agrícolas, com médias próximas a 20% na maioria dos países, ou ainda mais altas em alguns casos, e significativamente superiores às aplicadas a produtos não agropecuários. Essas tarifas alfandegárias também são superiores à tarifa média da nação mais favorecida para produtos agropecuários da ALC, que atingiu 14% em 2023 (CEPAL, 2024a).

A essas barreiras somam-se limitações estruturais, como a baixa conectividade marítima, os altos custos de frete e as deficiências na infraestrutura logística, bem como os custos associados a medidas não tarifárias (em particular, o cumprimento de requisitos sanitários, fitossanitários e técnicos), que, globalmente, equivalem, em média, a uma tarifa de 17% para produtos agroalimentares (CEPAL, 2024a).

Por fim, as deficiências em matéria de facilitação do comércio, incluindo a falta de harmonização de normas, procedimentos aduaneiros, certificações e controles, aumentam os custos de transação e os tempos de desembarço. Isso limita os fluxos de comércio intrarregional, mesmo na ausência de elevadas barreiras tarifárias e não tarifárias (Sanguinetti et al., 2021).

a. A FAO define uma dieta saudável como aquela que fornece não apenas as calorias adequadas, mas também níveis apropriados de todos os nutrientes essenciais e grupos de alimentos necessários para uma vida ativa e saudável.

Nessa estratégia de diferenciação, os alimentos nativos podem ocupar um nicho específico, com produtos notáveis que começaram a ser comercializados em massa nos últimos 25 anos, como açaí, quinoa e chia. Esses produtos combinam atributos valorizados nos mercados internacionais, como benefícios nutricionais, resiliência às mudanças climáticas e contribuição para a conservação da biodiversidade agrícola, mantendo variedades locais que poderiam se perder em sistemas agrícolas homogêneos baseados na padronização de culturas e variedades. Além disso, podem ser integrados a esquemas de certificação e rastreabilidade que facilitam seu acesso a segmentos de maior valor. Estudos recentes destacam que os recursos genéticos vegetais tradicionais e a manutenção da diversidade das culturas são fundamentais para a agricultura sustentável, o acesso a micronutrientes, a resiliência às mudanças climáticas e a proliferação de pragas (Cadena-Zamudio et al., 2024; Goud et al., 2023).

Produção agropecuária sustentável

As oportunidades de expansão e aumento da produtividade do setor agropecuário podem gerar pressão sobre os recursos naturais e as emissões, em um contexto no qual esse setor é um dos principais responsáveis pelas emissões de GEE na ALC¹⁴. No entanto, a adoção de práticas sustentáveis não deve ser entendida como um objetivo contrário à produtividade: em muitos casos, essas práticas também são as mais eficientes e contribuem para fortalecer a resiliência do setor às mudanças climáticas, permitindo manter os rendimentos ao longo do tempo.



Ação CAF.
Escaneie o QR para conhecer a Estratégia de Prosperidade Agrícola do CAF.



A adoção de práticas sustentáveis não deve ser entendida como um objetivo contrário à produtividade: em muitos casos, essas práticas também são as mais eficientes e contribuem para fortalecer a resiliência do setor às mudanças climáticas

Globalmente, estudos recentes sugerem uma desaceleração na taxa de crescimento da produtividade total dos fatores na agricultura, em parte como consequência das mudanças climáticas. O aumento na frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, bem como as mudanças graduais na temperatura e disponibilidade hídrica, estão começando a corroer os ganhos obtidos em eficiência produtiva em diferentes regiões. Nesse contexto, a adoção de práticas mais sustentáveis permite diminuir vulnerabilidades, reduzir perdas e aumentar a resiliência do setor.

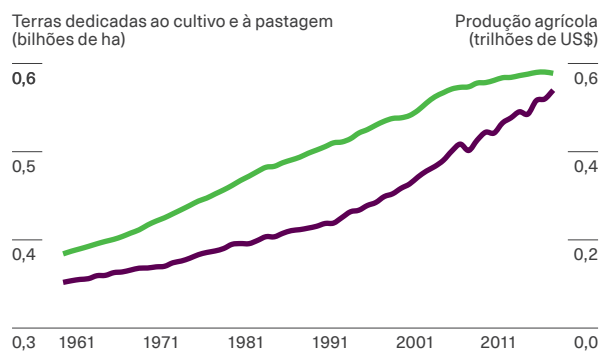
A expansão da fronteira agrícola, geralmente para terras menos produtivas, é o principal desafio para a sustentabilidade do setor agropecuário, devido à sua estreita ligação com o desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa (Brassiolo et al., 2023). Daí a importância de que o aumento da produção agropecuária na ALC decorra de melhorias na produtividade. O gráfico 1.10 mostra que, entre 1960 e 2020, a América do Norte, a Europa e a Oceania conseguiram aumentar significativamente o valor de sua produção agrícola, ao mesmo tempo que reduziram a área cultivada, como consequência da modernização de seus sistemas agropecuários, incluindo o uso de sementes melhoradas e culturas resistentes, mecanização, agricultura de precisão e melhorias no uso de fertilizantes e irrigação (FAO, 2020b). Nesse mesmo período, o aumento do valor da produção na ALC foi acompanhado, por outro lado, por uma expansão da área dedicada à agricultura.

¹⁴ Quase 60% das emissões de dióxido de carbono (CO₂) da região provêm da agricultura, do uso do solo e das mudanças no uso do solo. Estas últimas são explicadas em grande parte pelo desmatamento causado pela expansão da fronteira agrícola (Brassiolo et al., 2023). A isso se somam outros problemas críticos, como a superexploração dos recursos naturais, a poluição do solo e da água e a degradação dos ecossistemas, que reduzem os serviços ambientais e afetam tanto a produtividade quanto o bem-estar das populações rurais.

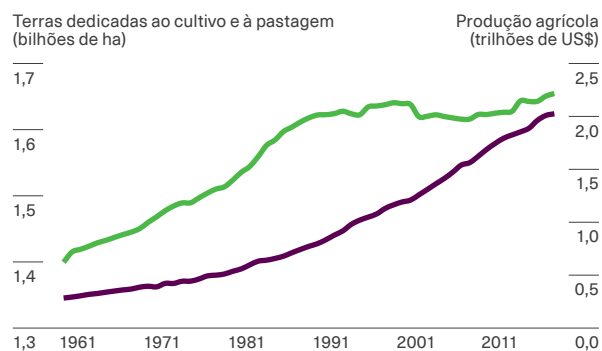
Gráfico 1.10

Evolução do valor da produção agrícola e das terras dedicadas à produção agrícola por região, 1960-2020

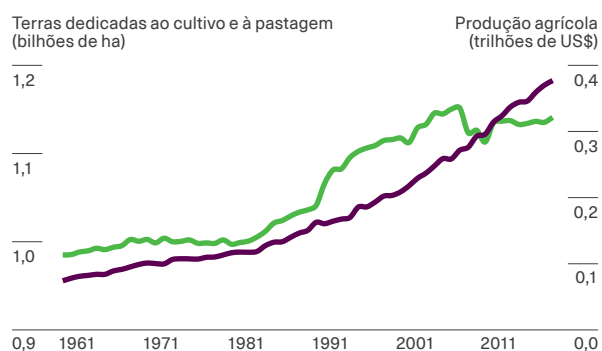
América Latina e Caribe



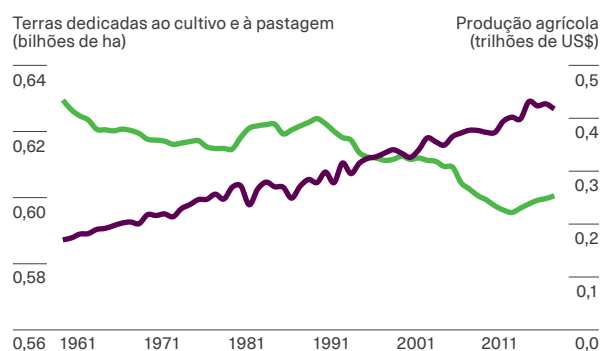
Ásia



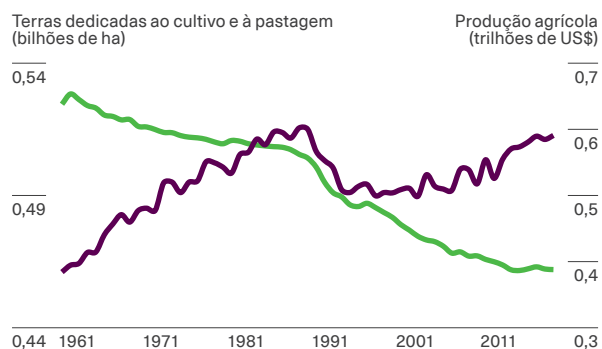
África



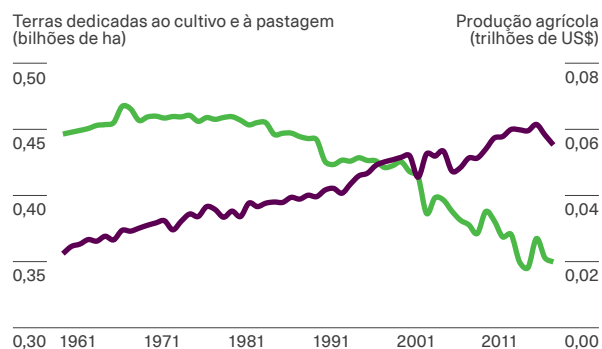
América do Norte



Europa



Oceania



— Uso do solo
— Produção agrícola

Nota: O eixo direito de cada painel mede o valor bruto da produção agrícola para a soma dos produtos agrícolas e pecuários e é expresso em trilhões de dólares americanos de 2015. O eixo esquerdo mede o uso do solo como a soma em bilhões de hectares de terras dedicadas ao cultivo e à pastagem de gado.
Fonte: Elaboração própria com base em Klein Goldewijk (2023) e FAO (2025n).

Setores produtivos ligados à transição energética

O mundo rural da ALC está em uma posição estratégica no contexto da transição energética global, dada sua abundância de recursos naturais (como minerais críticos) e suas condições vantajosas para a produção de combustíveis de baixo carbono (como hidrogênio verde e azul ou biocombustíveis). A reconfiguração dos mercados energéticos, com a transição da dependência dos combustíveis fósseis para o crescimento da demanda por alternativas com fontes renováveis e eletrificação, oferece uma oportunidade única para os países da ALC desenvolverem os setores de mineração e energia de forma sustentável.



O mundo rural da ALC está em uma posição estratégica no contexto da transição energética global, dada sua abundância de recursos naturais, como minerais críticos, e suas condições vantajosas para a produção de combustíveis de baixo carbono

Minerais críticos e desenvolvimento de sua cadeia de valor

A ALC possui uma abundante reserva de minerais críticos, concentrados principalmente em territórios rurais, o que posiciona a região como um ator estratégico na transição energética global. Chile, Peru e México respondem por cerca de 45% da produção mundial de cobre, sendo o Chile o principal produtor global. Por sua vez, territórios da Argentina, Bolívia e Chile formam o chamado triângulo do lítio, que concentra mais de 60% das reservas mundiais, principalmente em depósitos de salmoura (AIE, 2025b; Valencia et al., 2025). Essa dotação permitiu que a região seja atualmente líder em vários mercados extrativos primários, em um contexto de crescente demanda associada a energias renováveis, veículos elétricos e outras tecnologias limpas (AIE, 2023b).

No entanto, a liderança regional enfrenta desafios crescentes. A descoberta de grandes reservas de lítio em rocha dura e a aceleração de sua exploração em outras regiões, com custos e tempos de extração menores, estão diversificando a oferta global e pressionando a posição dominante da ALC. Nesse contexto, é fundamental avançar no desenvolvimento da cadeia de valor, particularmente em atividades como refino e produção de insumos intermediários e finais, incluindo baterias (CEPAL, 2023; López et al., 2019). Investimentos adicionais nessa área poderiam abrir oportunidades de crescimento e diversificação econômica, como a criação de capacidades de processamento locais e a produção de componentes para tecnologias de energia limpa (AIE, 2023a). O Chile, por exemplo, começou a trilhar esse caminho por meio de investimentos em pesquisa e desenvolvimento relacionados à industrialização do lítio (CEPAL, 2023).

A mineração artesanal e de pequena escala (MAPE) representa um desafio adicional. Embora sua presença na extração de minerais críticos ainda seja incipiente, a pressão da demanda global e a fragmentação territorial podem favorecer sua expansão. A MAPE emprega cerca de 1,7 milhão de pessoas na região, principalmente em áreas rurais, e é caracterizada por altos níveis de informalidade, práticas ambientalmente prejudiciais e maior exposição a organizações criminosas (Banco Mundial 2020a; UNODC, 2025a). Nesse contexto, o fortalecimento dos mecanismos de regulamentação, controle e apoio aos pequenos mineradores será fundamental para evitar impactos negativos e garantir uma mineração mais inclusiva e sustentável (IGF, 2024).

A mineração é tradicionalmente associada a impactos ambientais negativos. A região registra altos níveis de conflitos sociais e denúncias por impactos ambientais, em um contexto marcado pela instabilidade política, econômica e regulatória. Essa situação desestimula investimentos de grande escala e de longo prazo, dificulta a adequada captação e distribuição das rendas da mineração e agrava os riscos ambientais (AIE, 2023b).

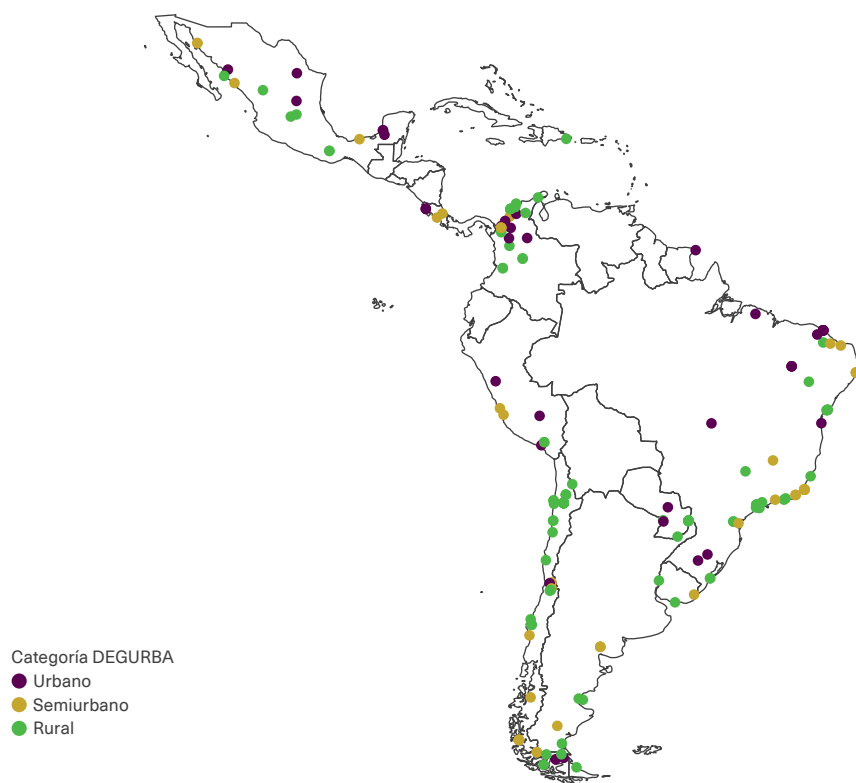
Combustíveis de baixo carbono

A ALC possui condições particularmente favoráveis para a produção de combustíveis de baixo carbono, especialmente hidrogênio e seus derivados, bem como biocombustíveis, aproveitando a abundância de recursos naturais localizados principalmente em territórios rurais. A região combina um alto potencial de geração de energia solar e eólica, disponibilidade de água doce e reservas de gás natural, criando condições propícias para a produção de hidrogênio verde e azul, com custos potencialmente entre os mais baixos no contexto da transição energética global (AIE, 2024).

No entanto, a implantação do hidrogênio verde enfrenta atualmente limitações associadas aos seus elevados custos de produção, embora estes apresentem uma tendência decrescente (AIE, 2024). No caso da ALC, as vantagens em termos de recursos renováveis permitem antecipar uma inserção nos segmentos de menor custo à medida que as tecnologias amadurecem e a escala dos projetos se expande, os quais já começam a ser desenvolvidos em áreas rurais e intermediárias da região. A localização territorial desses projetos, por sua vez, coloca desafios relacionados ao acesso à água doce, que em vários países está sendo abordado por meio do uso de água do mar dessalinizada, reduzindo a competição com outros usos. A região já avançou em projetos de hidrogênio de baixo carbono (figura 1.1).

Figura 1.1

Projetos de produção de hidrogênio de baixo carbono por grau de urbanização (DEGURBA)



Fonte: Elaboração própria com base em dados de AIE (2023a) e Schiavina et al. (2023).



Foto aérea de Villa Centro Castillo, Chile.

Os biocombustíveis representam outra oportunidade relevante, embora ainda seja em grande parte inexplorada, fora da experiência do Brasil. Em particular, a produção de biogás e biometano a partir de resíduos agrícolas oferece uma via atraente de economia circular, com impactos positivos na diversificação produtiva, nas cadeias locais e na renda rural¹⁵. Esses combustíveis se destacam por sua versatilidade energética: no caso do biometano, por sua capacidade de substituir combustíveis fósseis no transporte sem necessidade de adaptações tecnológicas, e no caso do biogás, por poder ser destinado à geração de eletricidade, produção de calor, injeção em redes de gás natural ou conversão em biometano adequado para transporte.

No entanto, a expansão dos biocombustíveis enfrenta restrições importantes. O acesso ao financiamento é um dos principais gargalos. A experiência limitada dos financiadores com projetos de produção de biocombustíveis, bem como a percepção geral de risco e os longos períodos de retorno dos projetos de biorrefinaria, geralmente se traduzem em altos custos de financiamento e baixo acesso ao crédito (Makepa e Chihobo, 2024; OCDE, 2022a). Soma-se a isso a competição pelo uso da terra na produção primária, o que reforça a conveniência de avançar em esquemas baseados em resíduos orgânicos, que permitam reduzir as tensões ambientais e de produção.

Setores florestal, pesqueiro, aquícola e turístico

Os setores florestal, pesqueiro, aquícola e turístico são essenciais para a geração de emprego, segurança alimentar, diversificação de renda e inclusão de grupos tradicionalmente excluídos, como mulheres rurais e populações indígenas. A região tem um grande potencial de aproveitamento sustentável de seus recursos naturais para o desenvolvimento dessas atividades, o que impulsionaria as economias locais.

37% até 2050. O aproveitamento dessa oportunidade para a criação de bens e serviços impõe pressões sobre o meio ambiente, reforçando a necessidade de consolidar uma produção primária e cadeias de valor mais sustentáveis.



Os setores florestal, pesqueiro, aquícola e turístico são essenciais para a geração de emprego, segurança alimentar, diversificação de renda e inclusão de grupos tradicionalmente excluídos

Florestas e setor florestal

A ALC abriga a maior extensão remanescente de florestas tropicais úmidas do mundo, especialmente na bacia amazônica. As claras vantagens competitivas que vários países da região apresentam na elaboração de produtos florestais, juntamente com o dinamismo previsto na demanda mundial por bens dessa origem, apontam para um cenário de expansão dessa atividade. De acordo com as projeções da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2022a), o consumo global de produtos industriais derivados da floresta aumentará

Nesse contexto, os sistemas de certificação têm adquirido cada vez mais importância. Esses mecanismos permitem diferenciar e valorizar a oferta, abrindo as portas para mercados mais exigentes e obrigando as empresas a cumprir critérios sociais, ambientais e trabalhistas rigorosos, o que contribui para promover práticas mais equitativas com as comunidades e os trabalhadores do setor florestal. Essas certificações tornam-se mais valiosas no contexto do Regulamento

15 Embora geralmente sejam mais caros do que os biocombustíveis primários, alguns estudos mostram que os combustíveis produzidos a partir de resíduos têm custos competitivos (Jonker et al., 2015; Macrelli et al., 2012).

2023/1115 da União Europeia (UE), que impõe requisitos adicionais para a entrada de produtos florestais em seu território.

A crise climática representa uma oportunidade para gerar renda a partir dos recursos e serviços florestais, como é o caso dos créditos de carbono. A ALC responde por 45% do volume total de créditos voluntários de carbono em circulação no mundo¹⁶, mercado que atingiu seu pico de volume de emissões em 2021, quando chegou a US\$ 2,1 bilhões anuais (ILACC, 2025). No mercado voluntário, uma proporção considerável desses instrumentos (37% dos créditos de carbono) provém de iniciativas ligadas à silvicultura e ao uso da terra. Além do potencial acesso a créditos verdes, a conservação florestal traz benefícios essenciais para a regulação da água e o controle da erosão do solo, o que gera benefícios diretos para as atividades agrícolas.

Pesca e aquicultura

Nove em cada dez pescadores no mundo trabalham de forma artesanal, principalmente em áreas rurais, e suas capturas contribuem com aproximadamente metade da produção global (FAO, 2016). Com litorais em dois oceanos e abundantes recursos aquáticos, a ALC contribui com aproximadamente 9% da produção pesqueira e aquícola mundial e 1% das exportações (FAO, 2025a). Chile e Peru estão entre os maiores produtores e exportadores de produtos pesqueiros do mundo, e o Equador se destaca na aquicultura de camarão.

O principal desafio do setor pesqueiro na ALC é garantir a sustentabilidade das capturas. Apenas uma das quatro áreas de pesca da região definida pela FAO atinge níveis próximos a 85% das espécies marinhas avaliadas dentro de limites biologicamente sustentáveis¹⁷, enquanto na área sudeste do Oceano Pacífico esse número cai para aproximadamente 33%. Essa situação é agravada pela pesca ilegal,

não declarada e não regulamentada, e por impactos ambientais, como mudanças climáticas, poluição e destruição de habitats, que ameaçam a produtividade e a viabilidade futura do setor.

A aquicultura sustentável surge como a principal oportunidade para a região, permitindo responder de forma sustentável à crescente demanda global por alimentos e reduzir a pressão sobre as pesca marinha e oceânica (FAO, 2024b). A FAO (2022c) estima que as Américas, incluindo o Canadá e os Estados Unidos, serão a região onde a produção da aquicultura mais aumentará, particularmente no Chile, onde se prevê um aumento de quase 50% entre 2020 e 2030.

Os produtos da pesca e da aquicultura estão entre os alimentos com maior conteúdo nutricional e menor impacto ambiental (FAO, 2024b). A ALC é a segunda região com menor consumo per capita desses produtos, com exceções claras, como o Peru e alguns países do Caribe. Mudanças nas dietas que incorporem mais desses produtos podem contribuir para melhorar a segurança alimentar regional.

Turismo rural

O turismo na ALC tem crescido de forma consistente nos últimos 25 anos, tanto em receitas quanto em número de visitantes, uma evolução interrompida apenas pela crise da COVID-19. Relatórios recentes mostram mudanças nas preferências dos turistas, com aumento na demanda por turismo cultural e de natureza (Gandolfi e Ramírez, 2025), setor de especial importância para as áreas rurais da ALC.

Particularmente para o mundo rural, destaca-se o surgimento do turismo rural e comunitário. Essas atividades tendem a valorizar e preservar os recursos naturais e culturais, e a gerar renda e empregos locais (Gandolfi e Ramírez, 2025). Além disso, podem ser de especial importância para economias com grande

¹⁶ Os mercados voluntários de carbono são sistemas globais onde empresas, governos e particulares compram e vendem créditos de carbono para compensar voluntariamente suas emissões de gases de efeito estufa, financiando projetos de redução ou remoção, como os de reflorestamento ou de energias renováveis, entre outros.

¹⁷ Os limites biologicamente sustentáveis referem-se aos níveis de captura que permitem que uma população de peixes mantenha seu tamanho e reprodução de longo prazo.

população rural, como é o caso dos países andinos e, sobretudo, os caribenhos, dada a importância do turismo para suas economias.

Os principais desafios do turismo incluem a sustentabilidade de suas atividades, a capacidade de adaptação aos impactos das mudanças climáticas e o fornecimento adequado de serviços básicos.

Dada sua estreita ligação com os recursos naturais, é fundamental fortalecer o setor com recursos que permitam investir em adaptação climática, desenvolvendo simultaneamente infraestrutura resiliente em áreas rurais. Nesse contexto, o acesso a serviços básicos, como água potável, eletricidade e internet, é um fator-chave para atrair e diversificar a demanda turística.

Desafios da sustentabilidade ambiental e social

O aproveitamento das oportunidades produtivas do mundo rural apresenta desafios transversais de sustentabilidade ambiental e social decorrentes da expansão simultânea de múltiplas atividades econômicas em territórios e recursos naturais compartilhados. Esses desafios não são específicos de um setor, mas surgem da crescente pressão sobre bens públicos e recursos comuns, bem como de externalidades negativas que os mercados não internalizam adequadamente.



O aproveitamento das oportunidades produtivas do mundo rural apresenta desafios transversais de sustentabilidade ambiental e social decorrentes da expansão simultânea de múltiplas atividades econômicas em territórios e recursos naturais compartilhados

Um dos principais desafios nas atividades agropecuárias, florestais e de produção de biocombustíveis é a competição pelo uso da terra. Sua expansão pode gerar riscos de desmatamento, perda de biodiversidade e deterioração da qualidade do solo se não for acompanhada por marcos regulatórios adequados e práticas produtivas sustentáveis. Na pesca, os desafios estão ligados à gestão de recursos comuns. A superexploração dos estoques pesqueiros, a crescente presença da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, juntamente com os impactos das mudanças climáticas, ameaçam a sustentabilidade

de longo prazo do setor e os meios de subsistência associados, na ausência de sistemas eficazes de regulamentação, monitoramento e controle.

A mineração e os combustíveis de baixo carbono apresentam tensões ambientais relevantes, relacionadas principalmente ao uso intensivo de água doce e aos riscos de contaminação da água e do solo. Essas pressões podem resultar em conflitos territoriais com comunidades locais e afetar atividades econômicas preexistentes, como a agricultura e a pesca, especialmente em bacias hidrográficas. Nesse contexto, a expansão dessas atividades exige marcos regulatórios e mecanismos de gestão ambiental que permitam conciliar os objetivos de descarbonização com a sustentabilidade dos territórios.

O turismo rural, por sua vez, oferece oportunidades de diversificação produtiva, mas também riscos de degradação ambiental e sobrecarga de infraestrutura quando seu crescimento não é adequadamente planejado.

A expansão das atividades produtivas rurais, por si só, não garante impactos significativos no emprego local. Muitos desses setores são intensivos em capital e tecnologia e pouco exigentes em mão de obra, de modo que, sem políticas complementares, seus benefícios tendem a se concentrar e gerar efeitos limitados. No setor agropecuário, essa dinâmica é evidente: o emprego rural agropecuário diminuiu constantemente, apesar do crescimento sustentado da produção e, pela primeira vez em 2023, representou menos de 50% do emprego rural total. No entanto, o desenvolvimento de cadeias de valor agroalimentares oferece um canal

fundamental para ampliar os impactos locais no emprego e na renda. Outro setor intensivo em capital é a mineração. Nesse caso, mecanismos de redistribuição das rendas da mineração e fundos de estabilização, juntamente com disposições de contratação de mão de obra e insumos locais, contribuem para uma melhor captação de rendas em nível local. Por fim, tanto na mineração artesanal e de pequena escala quanto na pesca artesanal e em algumas atividades florestais, a formalização do emprego e a melhoria das condições de trabalho permitem ganhos diretos no bem-estar das populações rurais.

Maximizar os impactos locais do desenvolvimento produtivo rural requer condições habilitadoras

transversais. O investimento em infraestrutura, o acesso a serviços básicos e a conectividade, juntamente com o fortalecimento do capital humano da população rural, são essenciais para que os benefícios do crescimento setorial se traduzam em um desenvolvimento territorial mais inclusivo e sustentável.



A expansão das atividades produtivas rurais, por si só, não garante impactos significativos no emprego local

Capacidades institucionais para aproveitar as oportunidades do mundo rural

O aproveitamento do potencial produtivo dos territórios rurais para melhorar o bem-estar de sua população depende, em grande medida, da capacidade institucional de orientar e coordenar de forma eficiente o desenvolvimento dos setores produtivos.

Em primeiro lugar, são necessárias instituições com capacidade para mobilizar investimentos públicos e privados para os territórios. Conforme documentado no capítulo 8, a região enfrenta defasagens significativas em infraestrutura viária, digital, elétrica e social, como saúde e educação, que condicionam o desenvolvimento e a integração territorial. Para que esse investimento se materialize em projetos efetivos, é essencial, simultaneamente, fortalecer as capacidades de gestão dos governos subnacionais que, especialmente nos países maiores, são responsáveis pela formulação, execução e supervisão dessas obras (Alves et al., 2025). O fortalecimento institucional deve ser complementado com a capacitação e o empoderamento dos atores locais, incluindo produtores, organizações comunitárias e associações rurais. Possuir habilidades técnicas, conhecimento em gestão de recursos e capacidades de organização permite que as comunidades participem ativamente do planejamento, supervisão e gestão dos projetos, garantindo

que os investimentos e iniciativas se traduzam em benefícios sustentáveis e equitativos e reduzindo os impactos ambientais.

Um desenvolvimento rural moderno exige marcos regulatórios coerentes e previsíveis, que coloquem a sustentabilidade no centro das transformações produtivas (De Salvo et al., 2025). Regulamentações atualizadas permitem orientar o investimento para práticas mais eficientes e sustentáveis, facilitar o acesso a mercados com padrões ambientais e sociais e incentivar a inovação. Em territórios onde coexistem atividades que competem pelos mesmos recursos, a qualidade e o cumprimento das normas são essenciais para garantir segurança a investidores e produtores, prevenir impactos ambientais negativos e conflitos, e assegurar que os benefícios se traduzam em melhorias para as comunidades locais. Nesse contexto, mecanismos de governança inclusiva que incorporem comunidades locais, povos indígenas e pequenos produtores na tomada de decisões fortalecem a legitimidade das políticas públicas, contribuem para uma alocação mais equitativa dos recursos e reduzem os conflitos pelo uso do território.

Outro aspecto central é reduzir as grandes lacunas nos sistemas de informações estatísticas, nos cadastros e nos dados territoriais. A falta de informação sistemática e comparável limita a capacidade de criar políticas baseadas em evidências, monitorar desigualdades e avaliar resultados. Nesse âmbito, é imprescindível contar com sistemas estatísticos nacionais robustos que integrem informações geoespaciais (Khalil e Di Candia, 2023), disponham de cadastros rurais atualizados e utilizem metodologias harmonizadas que permitam a comparabilidade regional.



Reduzir as lacunas de infraestrutura e promover a integração territorial exige o fortalecimento das capacidades institucionais e de gestão dos governos subnacionais

A consolidação de um desenvolvimento rural sustentável também requer enfrentar a expansão das atividades ilegais e ilícitas, que afetam cada vez mais os territórios rurais da região (Dammert e Sampó, 2025). Em muitas áreas, a mineração ilegal de ouro, a extração madeireira não autorizada, a pesca ilegal e outras atividades econômicas criminosas associadas aos recursos naturais têm gerado degradação ambiental, captura de rendas locais e enfraquecimento da governança. Soma-se a isso a crescente presença de redes e organizações criminosas que, em contextos de baixa presença estatal e controle institucional limitado, aumentaram a violência, as ameaças e os conflitos pelo controle do território (Maloney et al., 2025). Essa combinação de economias ilícitas e insegurança não só dificulta o investimento e a prestação de serviços, como também viola direitos e deteriora o tecido social das comunidades rurais.

Por fim, o fortalecimento institucional deve ser acompanhado por maior integração regional e cooperação internacional. Muitos dos desafios e oportunidades do mundo rural, como a transição energética, a segurança alimentar ou a sustentabilidade produtiva, transcendem as fronteiras nacionais. A harmonização de normas, o intercâmbio de informações, a cooperação técnica e os acordos intrarregionais podem reduzir custos, aprimorar as capacidades regulatórias e ampliar as oportunidades de desenvolvimento para os territórios rurais (CEPAL et al., 2024). A integração regional também oferece uma plataforma fundamental para fortalecer a voz da ALC em mercados internacionais cada vez mais exigentes.